



sce

SUPERINTENDÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO E EVENTOS

DIRETORIA DE
EVENTOS E
CONCURSOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO EDITAL PRH Nº 120/2023, de 31 de março de 2023

Instruções

É proibido qualquer tipo de comunicação e/ou utilização de equipamentos eletrônicos durante prova.

Verifique se a prova contém todas as questões.

Ao receber a Folha de Respostas, certifique-se de que seus dados estejam corretos. Se necessário, solicite ao fiscal as devidas correções na Ata de Prova.

Leia atentamente cada questão e assinale na Folha de Respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.

A Folha de Resposta NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

A maneira correta de assinalar a alternativa na Folha de Resposta é cobrindo, totalmente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme indicado na ilustração ao lado.

CERTO

- 1 (A) ● (C) (D) (E)
2 (A) (B) (C) ● (E)
3 ● (B) (C) (D) (E)
4 (A) (B) (C) (D) ●
5 (A) (B) ● (D) (E)

ERRADO

- 1 (A) ● (C) (D) ●
2 (X) (B) (C) (D) (E)
3 (A) ● (C) (D) (E)
4 (A) ● (C) (D) (E)
5 (A) (B) ● (D) (E)

Técnico em Assuntos Educativos

Anote aqui o seu gabarito, em seguida, dobre e destaque na linha pontilhada.



Língua Portuguesa

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Legislação

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

Conhecimentos Específicos

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

LÍNGUA PORTUGUESA

Quem escreve as bulas?

Mário Prata

(Disponível em: <https://marioprata.net/cronicas/quem-escreve-as-bulas/>)

Quando me perguntam a profissão, e eu digo que sou escritor, logo vem outra em cima: de quê? De tudo, minha senhora. De tudo, menos de bula. Romance, cinema, teatro, televisão, poesia, ensaios, tudo-tudo, menos bula!

Uma vez, num barzinho uma gatinha me perguntou o que eu escrevia, e disse que escrevia bula. Ela não deu a menor atenção para mim. Se dissesse que era cronista do Estadão, talvez tivesse mais sucesso. Por que o preconceito contra as geniais bulas? Quando é bula papal todo mundo leva a sério, mesmo que seja para dizer que não se pode fazer amor sem a intenção da procriação (que palavra mais animal!)

Não que eu não aprecie as bulas. Pelo contrário. Adoro lê-las. E com atenção. E, sempre, depois de ler uma, já começo a sentir todas as “reações adversas”.

Admiro, invejo esse colega que escreve bulas. Fico imaginando a cara dele, como deve ser a sua casa. Que papo tal escrivão deve levar com a mulher e com os vizinhos?

Tal remédio “é contraindicado a pacientes sensíveis às benzodiazepinas e em pacientes portadores de miastenia gravis”. Dá vontade de telefonar para o autor e perguntar como é que eu vou saber se sou sensível e portador? Quanto ele ganha por bula? Será que ele leva os obrigatórios dez por cento de direitos autorais? Merecem, são gênios.

Jamais, numa peça de teatro, num roteiro de um filme ou mesmo numa simples crônica conseguiria a concisão seguinte: “é apresentado sob forma de uma solução isotônica (que lindo!) de cloreto de sódio, que não altera a fisiologia das células da mucosa nasal, em associação com cloreto de benzalcônio”. Sabe o que é? O velho e inocente Rinosoro.

Vejam o texto seguinte e sintam na narrativa como o autor é sádico: “você poderá ter sonolência, fadiga transitória, sensação de inquietação, aumento de apetite, confusão acompanhada de desorientação e alucinações, estado de ansiedade, agitação, distúrbios do sono, mania, hipomania, agressividade, déficit de memória, bocejos, despersonalização, insônia, pesadelos, agravamento da depressão e concentração deficiente. Vertigens, delírios, tremores, distúrbios da fala, convulsões e ataxia”. Pronto, tenho que ir ao dicionário ver o que é ataxia: “incapacidade de coordenação dos movimentos musculares voluntários e que pode fazer parte do quadro clínico de numerosas doenças do sistema nervoso”. Já sentindo tudo descrito acima.

Quem mandou ler?

E quem tem úlcera pélvica não pode tomar remédio nenhum. Está condenado à morte? Toda bula odeia essa tal de úlcera pélvica. As demais úlceras entram como coadjuvantes nos textos dos autores buláticos (tem a palavra no Aurélio).

E as gestantes (é como os buláticos chamam a grávida)? Elas não podem tomar nenhum remédio. Os nobres coleguinhas protegem a gravidez.

E se você tem “intolerância conhecida aos derivados pirazolônicos”, te cuida, irmão. Deve dar em gente nascida

em Pirassanunga e região.

Para todo remédio, uma bula diferente, um estilo próprio, um jeito de colocar a vírgula diferente.

[...]

E lembre-se sempre: todo medicamento deve ser mantido fora do alcance das crianças. E não tome remédio sem o conhecimento do seu médico. Pode ser perigoso para a sua saúde.

E pra cabeça!

Agora, falando sério. Admiro os escritores de bula. Assim como invejo os poetas. Talvez por nunca ter sido convidado (nem teria experiência) para escrever uma e nunca tenha conseguido escrever um poema. Sempre gostei de escrever as linhas até o final do parágrafo.

Para mim, o poeta é um talentoso preguiçoso. Nunca chega ao final da linha. Já repararam?

Já o bulático, esse sim, é um esforçado poeta!

1 Após leitura do texto, é correto afirmar:

- O objetivo do texto é fazer uma crítica à bula papal que defende o sexo somente em caso de procriação.
- Ser cronista do Estadão é uma profissão de maior prestígio do que ser autor de bula.
- O texto é uma conversa que o autor estabelece com uma senhora que lhe pergunta sobre sua profissão.
- O autor de bulas é admirado pela casa onde mora, por suas conversas com sua mulher e seus vizinhos.
- Quem escreve uma bula é um sádico que já condena à morte o portador de qualquer tipo de úlcera.

2 Nos excertos: “Para mim, o poeta é um talentoso preguiçoso.

Já o bulático, esse sim, é um esforçado poeta”.

Fica subentendido que:

- O poeta se diferencia do bulático pelo uso da linguagem.
- O poeta e o bulático estão na mesma categoria de escritores.
- O que diferencia um poeta de um bulático é o jeito particular deste de usar a vírgula.
- O bulático utiliza da linguagem coloquial e traços da oralidade nas bulas.
- O poeta sempre utiliza linguagem figurada e científica para expressar seus sentimentos.

3 Nos períodos:

“Admiro, invejo esse colega **que** escreve bula. [...]”

Que papo tal escrivão deve levar com a mulher e com os vizinhos?”

Os termos grifados são, morfologicamente:

- pronome relativo – preposição
- partícula expletiva – pronome interrogativo
- pronome relativo – pronome interrogativo
- pronome interrogativo – partícula expletiva
- conjunção subordinativa integrante – conjunção coordenativa explicativa

- 4 Nos períodos abaixo, os termos grifados referem-se, respectivamente, a:

*Quando me perguntam a profissão e eu digo que sou escritor, logo vem **outra** em cima.*

Não que eu aprecie as bulas. Pelo contrário. Adoro lê-las.

- a) profissão – bulas
b) profissão – poesias
c) pergunta – poesias
d) pergunta – bulas
e) pergunta – perguntas
- 5 Passe a oração para o imperativo afirmativo utilizando a segunda pessoa do singular: “E não tome remédio sem o conhecimento do seu médico.”

- a) Tomai o remédio sem o conhecimento do vosso médico.
b) Tomas o remédio sem o conhecimento do teu médico.
c) Tome o remédio sem o conhecimento do seu médico.
d) Tomes o remédio sem o conhecimento do teu médico.
e) Toma o remédio sem o conhecimento do teu médico.

- 6 Marque a opção correta que preenche as lacunas:

Este é o caminho ____ passo todos os dias.

Não vá embora, ____ preciso falar com você.

Não entendo o ____ de tanto ressentimento.

- a) por que – porque – porquê
b) porque – porquê – por que
c) porquê – por que – por que
d) por que – porque – por que
e) porque – porque – por quê

- 7 Marque a opção em que as palavras seguem a mesma regra de acentuação de: **lógica, calendário.**

- a) vocábulo – médico
b) resistência – insistência
c) poderá – juízes
d) clínica – distância
e) tórax – saudável

- 8 Com base na charge, responda:



Em:

I – Só há uma solução lógica pra esse problema.

II – Só existe uma solução lógica pra esse problema.

Ao substituir o verbo haver por existir, os termos destacados nas orações exercem, respectivamente, a função sintática de:

- a) sujeito – sujeito
b) objeto direto – sujeito
c) objeto direto – objeto direto
d) objeto direto – complemento nominal
e) complemento nominal – adjunto adnominal

- 9 Marque a opção correta quanto à concordância verbal:

- a) Fazem anos que não a vejo.
b) Havia muitos candidatos para a vaga.
c) Existem pessoas honestas no mundo.
d) Deu seis horas da manhã.
e) Era onze da noite quando chegamos.

- 10 Marque a opção que preenche corretamente as lacunas em: *Dirigiu-se __ diretoria e começou __ reclamar __ todos os presentes.*

- a) à – à – à
b) a – a – a
c) a – à – à
d) a – à – a
e) à – a – a

LEGISLAÇÃO

- 11 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando o disposto na Constituição Federal, avalie os itens abaixo:

I – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de carreira, e os cargos em comissão, a serem preenchidos apenas por servidores efetivos destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II – O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

III – Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

IV – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
b) apenas a assertiva III é verdadeira.
c) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
d) apenas a assertiva I é verdadeira.
e) apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

12 A Lei nº 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Nos termos da Lei nº 8.112/90, avalie as assertivas abaixo:

- I - A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, a pedido, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.
- II - O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 (dez) dias.
- III - A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- IV - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a cinco dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- b) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- c) apenas a assertiva III é verdadeira.
- d) todas as assertivas são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

13 Sobre os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos seis meses, em

defesa dos interesses de seus membros ou associados.

- c) qualquer associação é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) São gratuitas as ações de "mandado de segurança" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

14 A Lei nº 8.112/90 estabelece de forma expressa que, sem nenhum prejuízo, o servidor poderá ausentar-se do serviço nos seguintes termos:

- I - pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 3 (três) dias.
- II - por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- IV - por 3 (três) dias consecutivos em razão de casamento.

Assinale a opção correta:

- a) todas as assertivas são verdadeiras.
- b) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) apenas a assertiva III é verdadeira.
- d) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

15 O artigo 49-A da Lei nº 9.784/1999 estabelece a decisão coordenada no âmbito da Administração Pública federal. Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar:

- a) Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação e relacionados ao poder sancionador.
- b) Considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de burocratizar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.
- c) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida e obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.

- d) A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias e se aplica aos processos administrativos de licitação.
- e) As decisões administrativas que exijam a participação de 02 (dois) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- 16** A Superintendência de Correição da Universidade Federal do Maranhão instaurou processo administrativo disciplinar, após procedimento investigativo prévio, para apurar conduta de docente acusado de praticar assédio sexual contra estudantes de determinado curso de graduação da UFMA. Ocorre que a autoridade instauradora pretende determinar medida cautelar de afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo de docente com o fito de evitar que ele não venha a influir na apuração da irregularidade. Sobre o afastamento preventivo, nos termos da Lei nº 8.112/90 assinale a alternativa correta:
- a) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta), findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- b) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, com prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- c) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 30 (dias) dias, com prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- d) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta), findo o qual, cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- e) o afastamento preventivo do exercício do cargo pode ocorrer pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração e poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- 17** Mévio é servidor técnico-administrativo em administração da Universidade Federal do Maranhão e utiliza pessoal e recursos materiais da repartição em atividades particulares. Nos termos da Lei nº 8.112/90 o servidor, após processo administrativo disciplinar com as garantias do contraditório e da ampla defesa, estará sujeito à seguinte penalidade administrativa:
- a) suspensão
b) advertência
c) demissão
- d) destituição
e) cassação
- 18** O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Acerca da Carreira de Magistério Superior e do cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior, nos termos da Lei nº 12.772/2012, assinale a alternativa correta.
- a) O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos: título de doutor; e 05 (cinco) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.
- b) O concurso público para ingresso na Carreira de Magistério Superior tem como requisito de ingresso o título de mestre na área exigida no concurso.
- c) A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada do dirigente máximo da instituição.
- d) O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.
- e) O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos: título de doutor; e 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Reitor de cada IFE.
- 19** A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre as definições estabelecidas na referida lei, avalie as assertivas abaixo:
- I – projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- II – reajustamento em sentido estrito: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os

custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

III – repactuação: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

IV - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratação em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Assinale a opção correta:

- a) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) apenas a assertiva IV é verdadeira.
- c) apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- e) apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

20 “Um dos fatores mais importantes para a classificação reside na exequibilidade da proposta, ou seja, na verificação sobre se terá condições de ser cumprida. Proposta inexecutável, pois, é aquela sem condições de ser executada. Por isso a Administração tem a faculdade de fazer diligências para aferir essa condição ou impor ao licitante que a demonstre.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2023 e-book). Nos termos da Lei nº 14.133/2021, em se tratando de obras e serviços de engenharia, será considerada inexecutável a proposta com valor inferior a:

- a) 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- b) 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- c) 80% (oitenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- d) 65% (sessenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- e) 90% (noventa por cento) do valor orçado pela Administração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 A Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021, define as diretrizes curriculares da Educação Profissional e Tecnológica e, no art.24, estabelece que o Plano de Curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no planejamento, deve considerar o(a):

- a) Articulação com o mundo do trabalho, com as tecnologias e com os avanços dos setores produtivos pertinentes, de forma a responder às demandas de profissionalização do mercado de trabalho;
- b) Organização curricular independente de áreas de estudos, projetos, núcleos temáticos ou outros

critérios ou formas de organização.

- c) Definição do perfil profissional de conclusão do curso, mesmo sem a identificação dos itinerários de profissionalização, apenas com a indicação das efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos.
- d) Identificação dos saberes nas competências profissionais, mesmo sem a definição do perfil profissional de conclusão de curso.
- e) Incentivo à inovação por meio de metodologias que estimulem o protagonismo do estudante nas diferentes áreas de atuação profissional.

22 A Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que institucionalizou e integrou as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, ao alterar os dispositivos da Lei 9.394/96, para redimensionar as ações da educação profissional técnica nesses níveis, estabelece que:

- a) A preparação geral para o trabalho e, obrigatoriamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.
- b) Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada, concomitante e subsequente, não possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho, após a conclusão.
- c) O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
- d) A educação profissional e tecnológica não abrangerá a formação continuada.
- e) A educação profissional técnica de nível médio não deverá observar as exigências das instituições de ensino.

23 As políticas de expansão da educação superior referente às universidades públicas é uma temática amplamente abordada por diferentes autores(as). Para Sguissardi “[...] a expansão do ensino superior, para ser democrática e não se tornar mera massificação, deve apoiar-se em pelo menos dois componentes”.

SGUISSARDI, V. Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil: 2002-2012. Brasília (DF), 2014. (Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002,2014).

Sobre quais componentes Sguissardi faz referência?

- a) Regulamentação das fundações de apoio às universidades públicas e à Educação a Distância (EaD) como política de expansão do ensino superior.
- b) Intensificação de investimentos e cortes progressivos de recursos para a educação superior.
- c) Aprofundamento da estratificação social e políticas parciais de expansão do ensino superior.
- d) Operacionalização da política de assistência estudantil e adesão à lógica da mercantilização.
- e) Igualdade de condições de acesso, de escolha de cursos e carreiras a cursar, e de permanência com sucesso até a titulação.

24 A implementação da Educação a Distância (EaD) está prevista na LDB 9.394/96. O marco legal de sua regulamentação e sua atualização têm reafirmado a necessidade da criação e ampliação de polos EaD. O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, ao tratar da oferta de Cursos na Modalidade a Distância na Educação Superior, em seu Art. 19, dispõe que:

- a) As informações sobre os polos são de inteira responsabilidade da instituição de ensino credenciada, a celebração e o encerramento de parcerias, na forma a ser estabelecida em regulamento, a fim de garantir o atendimento aos critérios de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes matriculados, sem qualquer necessidade de informações direcionadas ao Ministério da Educação.
- b) A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente, em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.
- c) O documento de formalização da parceria, ao qual deverá ser dada ampla divulgação, deverá ser elaborado de forma autônoma, por se tratar de modalidade distinta daquela ofertada pela instituição de ensino credenciada.
- d) A parceria deverá ser formalizada em documento e estabelecerá a responsabilidade das entidades parceiras, de forma igualitária, quanto à prática de atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria, corpo docente, tutores, material didático e expedição das parcerias.
- e) Os processos de credenciamento e recredenciamento de cursos superiores na modalidade à distância não serão submetidos à avaliação *in loco* na sede da instituição de ensino.

25 A teoria da administração escolar no Brasil conta com a contribuição de autores situados na escola clássica e na escola crítica da administração, cujas ideias estão presentes na gestão das escolas públicas brasileiras atualmente. Segundo um dos teóricos da organização e administração da escola, a administração escolar fundamenta-se:

Fonte: Ribeiro, J. Q. (1952). Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo: USP

- a) Nas concepções da equipe gestora da escola, face às determinações legais.
- b) Por meio das organizações sociais que circundam a escola e planejam o seu funcionamento.
- c) Na sua capacidade de assegurar as tradições e a cultura escolar ao longo dos tempos.
- d) Com base na filosofia da educação, da política da educação e das ciências correlatas ao processo educativo.
- e) Nas regulações estatais acerca dos currículos e na condução da ação pedagógica dos professores.

26 No contexto das transformações teóricas e políticas advindas das reformas educacionais ocorridas a partir dos anos de 1990, no campo da Administração/Gestão Escolar, destaca-se a natureza política da função do(a) diretor(a) ou gestor(a) da escola no que tange à imbricação e mescla entre os conceitos de direção e de gestão, evidenciando que:

- a) Atualmente, a função do gestor escolar iguala-se com a função de gerente nos moldes do estado liberal capitalista.
- b) A ação prática dos(as) gestores(as), na contemporaneidade, indica menor dedicação às atividades administrativas do que às atividades pedagógicas, confirmando assim a concepção da escola clássica.
- c) No cotidiano das escolas, parece que há um pouco de cada concepção, na medida em que tanto encontramos experiências alargadas de horizontalidade e democratização na gestão escolar, com a plena separação entre diretor e gestão, como ainda é comum, especialmente nas escolas cujos diretores foram indicados politicamente, vermos a gestão subsumida ao diretor, confundindo-se pessoa e processo.
- d) O perfil e as práticas dos(as) dirigentes escolares, são definidos pelas orientações institucionais padronizadas no âmbito da escola e comunidade.
- e) A proposta da Gestão Democrática vem sendo efetivada satisfatoriamente, na realidade educacional brasileira com a existência e a ampliação de instrumentos reguladores como Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico, indicando a prevalência da democracia na escola.

27 Em relação às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, no que se refere à curricularização da extensão no curso de graduação, como prevista na Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, é correto afirmar:

- a) As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.
- b) São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que não estejam vinculadas à formação do estudante.
- c) Nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão podem ser realizadas fora do polo de apoio presencial.
- d) Qualquer atividade realizada pelo estudante de graduação pode ser computada obrigatoriamente como carga horária de extensão curricular.
- e) As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira não podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação.

28 A Resolução nº 2503- CONSEPE, de 1º de abril de 2022, ao regulamentar a inserção da Extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Maranhão, determina:

- a) As atividades de extensão não devem ser registradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, mas em instrumento próprio a ser disponibilizado pela Coordenação.
- b) A participação do(a) discente como ouvinte, em ações extensionistas, não poderá ser contabilizada como carga horária de atividades complementares e nem como carga horária de Unidade Curricular de Extensão (UCE).
- c) A extensão universitária deverá propiciar a inserção do discente no mundo do trabalho.
- d) O Plano Nacional de Educação (PNE), em trabalho conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverá definir as ações extensionistas.
- e) O (a) discente deverá compor a equipe executora das ações de extensão universitária vinculadas à Unidade Curricular de Extensão (UCE) para que a carga horária correspondente seja computada em seu histórico acadêmico.

29 Sobre a Gestão e Coordenação de processos formativos, é correto afirmar:

- a) O estilo de administração educacional centralizado na figura do gestor é baseado em um conjunto de normas e funções organizadas hierarquicamente, responde às exigências da globalização e do desenvolvimento.
- b) A gestão e a coordenação da educação devem estar centralizadas na dimensão administrativa e financeira da escola, com base numa concepção que enfatiza ganhos de eficiência e efetividade.
- c) A centralização da gestão educacional favorece o fortalecimento da autonomia administrativa, curricular e pedagógica.
- d) A gestão baseada nos resultados e nos indicadores de desempenho constitui-se em fator crucial da modernização da gestão educativa.
- e) Os processos de gestão da educação, na atualidade, resultam da modificação estrutural do Estado e da intensa participação popular.

30 A acessibilidade, no contexto do ensino superior, é marcada por diversos obstáculos, e, apesar de mudanças na legislação educacional, muitos desafios precisam ser superados. A Lei 13.146/2015 assim destaca o direito à educação superior, na perspectiva do acesso e da permanência.

- a) O núcleo de acessibilidade no interior das universidades deve ser coordenado somente pelas pessoas portadoras de deficiências.
- b) Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.
- c) As instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas devem garantir atendimento preferencial à pessoa com deficiência, exclusivamente, nas salas de aula.
- d) A disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva, mediante comprovação da necessidade.
- e) Oferta de práticas pedagógicas inclusivas, mediante solicitação prévia.

31 Decorridos vinte anos do estabelecimento da Lei 10639/2003, percebe-se a dificuldade de sua efetiva aplicabilidade, tendo em vista, entre outras questões, o contexto financeiro desfavorável de muitas instituições de ensino. Nesse sentido, cabe destacar o pioneirismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA pela criação da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, cujo objetivo é:

- a) Controlar o desenvolvimento de ações que fortaleçam as ações étnico-raciais no interior da Universidade.
- b) Favorecer a promoção e o desenvolvimento das pessoas adultas e idosas, por meio de projetos de leitura e de escrita.
- c) Formar profissionais para a docência nos anos finais do ensino fundamental na área das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), no ensino médio, na área de História e para atuação nas secretarias municipais e estaduais de educação para a implementação da Lei 10.639/2003.
- d) Identificar os processos que, historicamente, invisibilizaram as temáticas que envolvem as relações étnico-raciais na academia.
- e) Analisar as possibilidades de intervenção social por meio do currículo, com base nas especificidades presentes na cultura do Maranhão.

32 Sobre a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, e suas alterações por meio dos Decretos nº 7.824/2012, nº 9.034/2017 e da Lei 13.409/16, sobre reservas de vagas, é correto afirmar que:

- a) O critério de raça será autodeclaratório, já a renda familiar per capita não será declarada por documentação, mas será avaliada no âmbito da autonomia das instituições de ensino superior.
- b) Em todas as instituições de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- c) As vagas reservadas às cotas (60% do total de vagas da instituição) serão assim divididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.
- d) Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- e) Para o ingresso pela reserva de cotas, o estudante deve ter cursado o ensino médio em escola pública ou ter obtido certificação do Enem ou Enceja. Podendo, também, ter cursado a escola particular em alguns momentos.
- 33** A Resolução CNE/CP 02/2015, ao tratar das instituições de Formação de Professores, assim determina:
- a) A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada a sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).
- b) Os centros de formação de estados e municípios possuem autonomia para organizar as suas dinâmicas e estruturas de formação, conforme as suas demandas, sem a necessidade de articulações com outros processos e atores.
- c) A educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, nas políticas e na gestão, mas não nas teorias sociais e pedagógicas.
- d) Caberá às instituições de formação de professores a definição de padrões de qualidade, concepções e princípios que norteiam a formação a ser ofertada, sem a interferência de órgãos ou agências reguladoras.
- e) As instituições de educação superior e as instituições de educação básica ficam dispensadas de quaisquer ações compartilhadas.
- 34** A aprovação da Resolução CNE/CP nº 02/2019, assim como da Resolução CNE/CP nº 01/2020, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), tem mobilizado as instituições públicas formadoras e entidades científicas em torno da crítica sobre a desqualificação da formação de professores desse nível de ensino devido ao processo de desarticulação dos cursos de formação inicial e continuada. A principal reivindicação desse movimento é pela garantia de dois princípios da base comum nacional, desconsiderados nas Resoluções referidas, sendo eles:
- a) I-ampliação do prazo de avaliação dos licenciandos e II- incentivo à formação de professores, por meio da modalidade de Educação a Distância.
- b) I- garantia da visão sistêmica e fragmentária na formação do pedagogo e dos demais licenciandos, que deve se materializar na proposta pedagógica e II- a manutenção da formação de professores em nível médio.
- c) I- superação da concepção de formação continuada visando ao aprimoramento profissional e II- projeto formativo coerente com as exigências do mundo do trabalho.
- d) I- reintegração das competências específicas da dimensão do conhecimento profissional e II- adesão ao plano de cargos e carreiras do magistério.
- e) I- A sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, que não podem ser dissociados do domínio dos conteúdos da educação básica, se ensejamos criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; e II- a unidade teoria-prática atravessando todo o curso de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional.
- 35** O Projeto Político Pedagógico (PPP) se relaciona diretamente com a organização e gestão da escola, daí a sua ligação com os princípios da escola democrática, como previsto na LDB 9.394/96. A respeito da asserção, assinale a alternativa correta:
- a) A escola reflete as tensões e contradições da sociedade capitalista e, desse modo, a participação da comunidade escolar nos processos institucionais deve ser limitada às questões conflituosas.
- b) A participação e o compartilhamento de informações e decisões e o poder decisório estão centrados na equipe gestora.
- c) Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola. e II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.
- d) O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de controle e avaliação das políticas educacionais implementadas pelas reformas empreendidas pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 1990.
- e) O Projeto Político Pedagógico concretiza a proposta da gestão democrática à medida que a escola alcança o desempenho mínimo necessário nos processos avaliativos.
- 36** A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, no que tange a assegurar direitos de aprendizagens e de desenvolvimento em campos de aprendizagem; áreas de conhecimento, competências específicas de área e componentes curriculares. Sobre a questão das competências no âmbito pedagógico, consubstanciado aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, na BNCC, competência é definida como:
- a) O conjunto de ações que determinam o comportamento do estudante e suas relações com o conhecimento histórico sobre a educação, a disciplina e a escola.

- b) Uma dimensão da vida humana, a fim de desempenhar uma atividade técnica ou política, com a mediação de outra pessoa, que, no âmbito educacional, é o professor-mediador.
- c) Capacidade de apreender saberes necessários ao mundo do trabalho, considerando as constantes transformações operadas em escala global para esse setor.
- d) A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
- e) A valorização das manifestações artísticas e culturais, locais e regionais, consciente da importância da incorporação de inovações resultantes das transformações sociais.
- 37** A Base Nacional Comum Curricular propõe que o Ensino Médio deve garantir aos estudantes a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática. Para tanto, deve possibilitar aos estudantes:
- a) conscientizar-se quanto à necessidade de continuar aprendendo os conteúdos referentes à sua área de atuação.
- b) compreender e utilizar os conceitos e as teorias que compõem a base do conhecimento científico-tecnológico, bem como os procedimentos metodológicos e sua lógica.
- c) apropriar-se das competências e habilidades, por meio dos recursos dos mapas mentais e memorização dos saberes e conteúdos repassados pelo professor mentor no processo de aprendizagem e na construção e reconstrução do projeto de vida.
- d) compreender a educação integral como um processo educativo complexo e comprometido com as dinâmicas dos setores produtivos e suas exigências.
- e) compreender a fragmentação disciplinar do conhecimento proposto na BNCC do ensino médio como inerente para garantir o estímulo à sua aplicação prática na vida como um todo, ampliando a importância da contextualização, no sentido ao que se aprende dentro da escola.
- 38** A nova estrutura curricular do Ensino Médio, prevista na Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças como, a ampliação do tempo e a definição de uma nova organização curricular, estabelece que o novo currículo do Ensino Médio será composto:
- a) pelo Projeto de Vida e pelo Projeto Político Pedagógico.
- b) por áreas de conhecimento e por matérias que podem ser ofertadas contemplando diferentes arranjos curriculares construídos juntamente com a participação popular.
- c) por áreas tecnológicas e matérias disciplinares com o protagonismo docente.
- d) por aprendizagens eletivas e atividades psicossociais.
- e) por áreas de conhecimento definido pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos.
- 39** O binômio avaliação institucional, instrumento de acompanhamento contínuo das atividades, com vistas à implementação de mudanças e melhoria da qualidade e avaliação da aprendizagem, expressa a necessidade de se considerarem as condições propícias à aprendizagem, tais como: recursos humanos, recursos pedagógicos, infraestrutura, gestão democrática e outros elementos pertinentes ao sucesso da aprendizagem. Saraiva (2005) aponta a indissociabilidade entre avaliação institucional e avaliação da aprendizagem, uma vez que há uma indissociabilidade entre ambas as avaliações. Segundo Saraiva (2005), a indissociabilidade entre avaliação institucional e avaliação da aprendizagem existe porque:
- a) avaliar a aprendizagem do aluno significa, concomitantemente, avaliar o ensino oferecido. Se não houver a aprendizagem esperada, estamos diante de uma certeza — o ensino não cumpriu sua finalidade — a de fazer aprender.
- b) a avaliação como prática de investigação deve ser compreendida como uma dimensão social e, como tal, deve ser essencialmente ética e não pautada na produtividade imposta à educação.
- c) a avaliação é um instrumento eficaz de qualidade de processos, projetos e programas educacionais.
- d) avaliar requer o conhecimento acerca das políticas educacionais e sua eficácia no contexto das aprendizagens e do funcionamento da instituição.
- e) Os instrumentos de avaliação refletem as intencionalidades do projeto educativo.
- 40** A avaliação formativa, como campo teórico, tem ampliado as reflexões para além do seu caráter de avaliação diagnóstica de processo contínuo, ampliando para a valorização da participação, das partilhas, autonomia de todos, contemplando outros elementos que configuram o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, para fugir do mero entendimento da avaliação como procedimento técnico-metodológico. Considerando a advertência de Freire (2000, p. 48) sobre o ato do professor no qual: “o educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas”.
- Fonte: FREIRE, Paulo, SHOR, Ira. Medo e ousadia: cotidiano do professor. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Logo o objetivo da avaliação formativa deve ser:
- a) a oportunidade de se evidenciar a autoridade docente.
- b) a garantia de uma aprendizagem com a compreensão dos processos vivenciados e possibilidades de reflexão aos professores sobre sua docência, com vistas a melhorar a sua prática docente.
- c) considerada como uma exigência institucional.
- d) baseada no controle do trabalho pedagógico.
- e) planejada conforme as metas e os objetivos a serem alcançados, tendo como parâmetro o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

41 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, em seu Art. 5º, que trata do desempenho, determina que:

- a) O ENADE será aplicado ao final do segundo ano e do quinto ano de curso. Na aferição do desempenho do estudante de graduação o ENADE utilizará instrumento destinado a levantar o conhecimento do estudante não sendo necessário levantar o seu perfil para a compreensão de seus resultados.
- b) A periodicidade máxima para aferir o desempenho dos estudantes de cada curso de graduação será bienal.
- c) O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes considerando, prioritariamente, as habilidades e competências atreladas às exigências decorrentes da evolução do conhecimento dos componentes curriculares no âmbito específico do curso de sua formação.
- d) A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE.
- e) O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos na matriz curricular do respectivo projeto de curso de graduação.

42 O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) tem por objetivo:

- a) Realizar a avaliação das Instituições de Educação Superior - IES, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES.
- b) Subsidiar os processos de regulação que compreendem, Atos Autorizativos e Atos Regulatórios.
- c) Realizar a avaliação das instituições e dos cursos, por meio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior -CONAES.
- d) Avaliar as instituições de educação superior por meio de um processo contínuo, com o uso de procedimentos e instrumentos diversificados.
- e) Avaliar as instituições de educação superior por meio dos órgãos colegiados das próprias instituições.

43 Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, como disposto na Resolução CNEC/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, com relação a habilitações, é correto afirmar que essa resolução promoveu:

- a) A revitalização das habilitações em cursos de Pedagogia, considerando as demandas educacionais das instituições escolares.
- b) A extinção das habilitações em cursos de Pedagogia.
- c) A diversificação de modelos de habilitações em cursos de Pedagogia.

- d) A instituição da formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica como atribuição dos cursos das licenciaturas e de Pedagogia.
- e) A oferta de habilitações em cursos de Pedagogia ofertadas na modalidade da educação a distância (Ead), devidamente credenciados pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

44 O princípio da flexibilização curricular, tal como apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, pressupõe:

- a) A criação de comissão específica para planejar e implementar as mudanças decorrentes da flexibilização curricular.
- b) A regionalização dos currículos, como forma de prestigiar a cultura e os saberes locais.
- c) A possibilidade de propor currículos mínimos obrigatórios.
- d) O aproveitamento de atividades acadêmicas, sem a devida previsão no projeto pedagógico do curso.
- e) A inovação e o compromisso das Instituições de Ensino Superior quanto à elaboração de seus Projetos Pedagógicos, por cursos.

45 O Plano Nacional da Educação (Lei 13.005, de 25/06/2014) estabelece diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais no decênio 2014-2024. Sabe-se que a materialização das Metas previstas depende de diversos fatores, assim destacamos a Meta 12, que propõe:

- a) Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.
- b) Reduzir o financiamento estudantil, com a readequação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com a concessão de financiamento, apenas para os alunos regularmente matriculados nos cursos superiores a distância.
- c) Universalizar para a população de 20 a 28 anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso ao ensino superior.
- d) Oferecer educação, no mínimo 25% das matrículas, para os estudantes egressos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no turno noturno.
- e) Financeirização da educação superior, antes da homologação dos marcos regulatórios para esse setor.

46 Sobre o Plano Nacional de Educação- PNE (2014-2024), é correto afirmar:

- a) O PNE não pode ser compreendido como eixo das políticas educacionais no Brasil por não traduzir as reais necessidades do setor educacional.
- b) O PNE (2014-2024) favorece a compreensão da atuação do fundo público e suas articulações com os setores privatistas, no tocante ao financiamento estudantil.
- c) A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, não contribuiu para a implementação do PNE nos municípios brasileiros.

- d) As 20 metas definidas pela Lei do PNE revelam os principais desafios para as políticas públicas educacionais brasileiras e indicam caminhos para os quais as ações dos entes federativos devem convergir, no intuito de favorecer o fortalecimento do sistema educacional.
- e) As disputas acerca das concepções de educação presentes no contexto de elaboração do PNE evidenciaram o protagonismo da sociedade civil por meio do acolhimento das suas propostas.
- 47** A Emenda Constitucional nº 59/2009 muda a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da LDB 9.394/96 para uma exigência constitucional. Desse modo, é correto afirmar que:
- a) Os planos estaduais, distrital e municipais devem ser elaborados de forma autônoma, sem a interferência do PNE.
- b) O PNE deixou de ser o articulador financeiro do Sistema Nacional de Educação.
- c) O PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.
- d) O PNE é composto por 15 metas que tratam apenas da formação docente.
- e) A elaboração do PNE (2014-2024) não contemplou as deliberações das Conferências Internacionais de Educação.
- 48** As transformações significativas nos campos sociais e do conhecimento têm apontado novos paradigmas que, na atualidade, fornecem perspectivas transformadoras e integradoras que reconfiguram novos referenciais de práticas educativas que rompem com as demarcações impostas pela disciplinarização, por meio da flexibilidade e ações interdisciplinares. Conforme Fazenda (2008), a necessidade da interdisciplinaridade é tida como incontestável até porque “a interdisciplinaridade não é uma categoria de conhecimento, mas, sim, de ação” (FAZENDA, 2008, p. 28).
- Fonte: FAZENDA, Ivani C. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 15 ed. Campinas: Papirus, 2008.
- Desse modo, a referida autora afirma que, na interdisciplinaridade escolar:
- a) É preciso reconhecer os mecanismos que norteiam o ensino no contexto da sua organização pedagógica e as especificidades de cada matéria mediante as impossibilidades de interdependência.
- b) O planejamento do trabalho docente deve ser compreendido por meio da ampliação dos limites entre as matérias.
- c) As aulas são segmentadas nas disciplinas tradicionais, a fim de evitar a fragmentação de saberes.
- d) A interação dos professores deve fortalecer a opção por atividades pedagógicas individualizadas, considerando que cada professor define os seus objetivos de aprendizagens.
- e) As noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração.
- 49** Considerando a abrangência do campo da interdisciplinaridade, a integração entre professores e estudantes, por meio de vivências educativas contextualizadas, pode favorecer:
- a) A manutenção das tradições, a prevalência dos conteúdos definidos e a disciplina.
- b) A aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade e a flexibilização.
- c) A extensão curricular, a extinção do planejamento pedagógico e aceitação das ideias pedagógicas.
- d) O desenvolvimento pessoal do aluno, redução de custos das instituições e sucesso dos estudantes.
- e) O desenvolvimento tecnológico, a memorização de conteúdos e a repetição automática de textos.
- 50** As novas formas de organização do conhecimento contribuem para processos de aprendizagens significativas, flexíveis e interligadas. Com isso, as plataformas de aprendizagem virtuais podem dinamizar o aprendizado desde que:
- a) Sejam consideradas as realidades socioculturais dos estudantes, a formação de professores e igualdade de condições de acesso às plataformas, a todas as pessoas envolvidas nos processos de aprendizagem.
- b) Os estudantes tenham a liberdade para escolher os conteúdos e as atividades conforme as suas afinidades.
- c) As atividades pedagógicas sejam orientadas apenas por tutores.
- d) Os conteúdos não sejam estruturados com base em competências.
- e) Os professores estabeleçam limites para as interações com os estudantes.